



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

TRANSCRIÇÃO *IPSIS VERBIS*

CPI - SISTEMA CARCERÁRIO

EVENTO: Reunião Ordinária	Nº: 0964A/08	DATA: 24/06/2008
INÍCIO: 15h45min	TÉRMINO: 17h38min	DURAÇÃO: 01h53min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 01h53min	PÁGINAS: 17	QUARTOS: 1

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

SUMÁRIO: Apresentação do parecer do Relator, Deputado Domingos Dutra.

OBSERVAÇÕES

Houve exibição de imagens.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Declaro abertos os trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito da Câmara Federal que foi criada no dia 22 de agosto de 2007.

Durante estes 10 meses, visitamos mais de 18 Estados no Brasil, visitamos mais de 60 unidades prisionais, além de delegacias e cadeias públicas no Brasil. Estamos chegando à fase final do nosso relatório, que será apresentado, logo em seguida, pelo Deputado Domingos Dutra.

Queremos, neste momento, antes de passar a palavra ao Relator, dizer que, durante essas viagens e oitivas realizadas pela Comissão nos respectivos Estados, nós fizemos algumas imagens da situação carcerária no Brasil. Vamos passar, neste momento, um vídeo, que é fruto dessas viagens que nós realizamos durante 10 meses. E, na CPI do Sistema Carcerário, nas oitivas realizadas, não fizemos visita apenas a diretor de presídio, em salas com ar-condicionado, fizemos questão de ter acesso a celas desses respectivos presídios e conhecer *in loco* a situação precária do sistema carcerário brasileiro.

Depois de 10 meses de trabalho, nós estamos convictos de que o sistema carcerário brasileiro é um sistema falido, é um sistema caótico, é um sistema que não cumpre com as suas funções. Com raríssimas exceções, temos algumas boas experiências, em alguns Estados, mas nem mesmo as boas experiências desses Estados são padrão em todo o Estado brasileiro.

Queremos dizer que o trabalho realizado pela Comissão Parlamentar de Inquérito, a CPI do Sistema Carcerário, durante estes 10 meses teve a colaboração dos nossos colegas Parlamentares aqui presentes e alguns que não estão aqui, mas que estiveram conosco nos acompanhando em outras missões — Deputado Luiz Couto, Deputado Dr. Talmir, Deputada Jusmari Oliveira, Deputado João Campos, Deputado Felipe Bornier, Deputado William Woo, Deputado Pompeo de Mattos, Deputado Arnaldo Faria de Sá, Deputado Alexandre Silveira e Deputado Ayrton Xerez, Parlamentares que estiveram conosco, participando de quase todas as oitivas.

Tivemos a participação e a colaboração também da FAB, do Ministério da Defesa, que providenciou, durante todos os nossos deslocamentos, uma aeronave, para que nós pudéssemos realizar as diligências. A Polícia Federal também esteve



conosco, participando de todos os nossos trabalhos, das oitivas realizadas nos Estados.

Queremos agradecer à Câmara dos Deputados pelo apoio recebido para que nós pudéssemos exercer as nossas atividades, além da Aeronáutica, que esteve conosco também representada através dos seus agentes durante as oitivas realizadas, além de consultores, técnicos e órgãos de imprensa, que, em alguns Estados, tiveram a oportunidade de acompanhar os trabalhos da nossa Comissão.

Nós queremos agradecer também o apoio da jornalista Fátima de Souza, que esteve conosco em algumas diligências e que, inclusive, preparou esse DVD, que retrata um pouco as imagens colhidas nos presídios brasileiros, para que nós pudéssemos, além de um relatório impresso, propiciar a entrega, para nossos Parlamentares e para as organizações e instituições que receberão o nosso relatório, além do relatório impresso, um relatório em DVD da situação carcerária do nosso País.

Vamos, neste momento, passar um VT e, logo em seguida, vamos passar...

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Pois não, nobre Deputado.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Queria, para que nós pudéssemos ordenar nossos trabalhos, que ficasse estabelecido quando será a votação desse relatório.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Olha, o relatório será apresentado aqui logo em seguida pelo Relator. Se houver consenso da sua leitura, poderá ser votado ainda hoje, mas, se por acaso, houver, por parte dos Parlamentares presentes, alguma objeção, poderemos construir por acordo uma data e horário, para que possamos concluir a votação final do relatório.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Era isso o que eu queria decidir já, porque senão vou usar o meu direito regimental de vista — e, aí, não haverá votação. Para votar, nesse sentido, queria estabelecer amanhã qual o horário de votação, porque senão vou usar meu direito regimental.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - V.Exa. queria fazer uma sugestão?



O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Amanhã, às 14h.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Coloco em apreciação a solicitação do Deputado Arnaldo Faria de Sá.

Caso alguém queira discutir, nós vamos abrir a palavra neste momento.

O SR. DEPUTADO WILLIAM WOO - Sr. Presidente, visto que só recebemos em sistema digital e, também agora que está sendo impresso o relatório final, eu pediria que fosse adiado por 24 horas a aprovação do nosso relatório, a votação do relatório.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Eu queria só ponderar com os nobres Parlamentares, para que nós pudéssemos entrar nessa discussão após nós passarmos o VT que nós...

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Não... Na verdade, é que nós precisamos da decisão agora, para pedir ou não pedir vista. Porque, se pedirmos vista, aí, será só na semana que vem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Mas nós, no momento...

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Aqui não tem... Não. Nós temos de decidir isso agora. Se decidir qual vai ser o tempo, o horário, eu não vou exercer o direito de vista. Se não resolver, eu vou pedir vista.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Sr. Presidente... Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Eu só queria... Eu só queria fazer uma ponderação. O relatório ainda não chegou aqui na mesa, e não foi iniciada a sua leitura. Então, eu queria pedir aos Parlamentares: o relatório ainda está sendo providenciado, vai chegar aqui, Deputado Arnaldo Faria de Sá, nós vamos passar o VT...

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - É, eu entendo, Sr. Presidente, eu estou de acordo. Eu só quero o seguinte: eu só não quero ser surpreendido.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - O.k.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Porque, senão, eu quero usar meu direito regimental de vista.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Sr. Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - E vai ser concedido o direito regimental, porque eu não posso nem evitar essa prerrogativa.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Aí, vem o prazo de tantas sessões, aí vai inviabilizar essa... Nós temos de fazer um acordo antes de começar a leitura.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Sr. Presidente... Sr. Presidente, eu quero colaborar, até por conta da reunião que tivemos hoje de manhã, duas, nós fizemos duas reuniões, estamos praticamente na terceira reunião nesta manhã, tarde, já. E há um consenso entre todos nós de que ninguém vai pedir vista, até para não inviabilizar, em função dos prazos. E acho que nós tínhamos de formatar aqui um consenso. E é perfeitamente possível fazer esse consenso na expressão do Deputado Arnaldo Faria de Sá, para que nós pudéssemos assistir ao VT, ouvir o relato e ficar decidido para amanhã, às 14h, digamos, retomar à discussão ou marcar para a votação e poder fazer, se houver dificuldade, uma sessão na noite, para ampliar a discussão e deixar marcado: amanhã, 14h, votação.

Eu acho que contempla todos e dá tempo para fazermos as leituras necessárias, enfim, fazer as emendas, as supressões, enfim, apresentar aquilo que quisermos apresentar em termos de requerimento. Acho que é tempo mais do que suficiente, nós podíamos formatar esse acordo para amanhã às 14h.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Sr. Presidente... Sr. Presidente, a Relatoria.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Com a palavra o Relator.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Sr. Presidente, eu queria fazer um apelo ao Deputado William Woo e concordar com o Deputado Arnaldo Faria de Sá. Nós passamos 3 horas hoje reunidos com representantes de todos os partidos aqui nesta Comissão. E eu, como Relator, atendi aos apelos do Deputado Carlos Sampaio, que, em nome do PSDB, me fez ponderações no final de semana para que encontrássemos o melhor caminho para salvar estes 8 meses de trabalho e contribuir com a segurança pública do Brasil.

Na reunião ainda há pouco, eu aceitei todas as ponderações. Estou alterando apenas as sugestões, incluindo as sugestões que foram feitas por todos ainda há pouco. Portanto, em nome de uma Casa política, onde o acordo político vale mais do



que norma escrita, e considerando que nós não temos tempo mais para prorrogar a CPI, a sociedade espera desta Casa contribuições.

São 9 meses de trabalho, são 8 meses visitando presídios...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Dez meses.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - ... é que eu quero solicitar que nós prorroguemos só até amanhã às 2h. De tal forma, que possamos assistir ao VT. É o tempo que o trabalho chega. Se for consenso, eu vou ler aqui as recomendações, as orientações fruto desse acordo, de tal forma que nós possamos honrar o nosso trabalho, honrar esta Câmara e contribuir com o Brasil, com esta CPI.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Deputado Alexandre Silveira e, logo em seguida, Arnaldo Faria de Sá.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE SILVEIRA - Sr. Presidente, só para registrar: realmente, o Deputado Domingos Dutra atendeu a todos os Parlamentares, aos representantes de todos os partidos políticos, atendeu neste final de semana a diversos telefones — nós somos testemunhas disso —, construiu consenso nesta manhã. Nós começamos a reunião às 9h da manhã e terminamos agora. E, portanto, eu também conclamo ao bom senso do Deputado Arnaldo Faria de Sá e ao Deputado William Woo, para que nós não deixemos de passar de amanhã a aprovação deste relatório, que é tão importante para a Nação brasileira.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Sr. Presidente, eu não tenho nenhuma objeção, desde que inicie essa discussão, amanhã, às 14h, até para ter tempo de eventual proposição de alteração no relatório.

E só um detalhe que eu queria deixar registrado: a Comissão não termina no dia 30, ela pode ser prorrogada até 18 de julho. Quer dizer, então, essa sangria desatada de data, na verdade, é uma contagem ao reverso. O prazo não é 30 de junho. V.Exa. pode pedir prazo até 18 de julho, que até quando vai o trabalho Legislativo.

Então, portanto, haveria possibilidade, mas eu não tenho nenhuma objeção em que fique para amanhã, a partir das 14h, o início da discussão do relatório.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Deputado William Woo.

O SR. DEPUTADO WILLIAM WOO - Presidente, primeiramente, eu queria parabenizar o Relator Domingos Dutra. Realmente nós tivemos uma reunião, e



várias sugestões foram acatadas e outras foram incluídas, até melhorando o relatório. Mas, visto que ainda não recebemos cópias do projeto, pediria esse adiamento e concordo que seja às 14h, amanhã, a votação do relatório.

O SR. DEPUTADO DR. TALMIR - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Deputado Dr. Talmir.

O SR. DEPUTADO DR. TALMIR - Presidente, gostaria de encaminhar para que fosse iniciada a leitura do relatório amanhã cedo, não amanhã às 2h da tarde.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Deixe-me só orientar.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Lê hoje, Presidente, agora.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Deixe-me só orientar: o relatório... Vai ser iniciada a leitura hoje...

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Depois do DVD.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - ... depois do VT. Por acordo, nós vamos concluir a votação dele, pela proposta feita pelo Deputado Arnaldo Faria de Sá, amanhã a partir das 14h.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Isso. Discussão a partir das 14h.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Então, a tendência é que haja uma suspensão da leitura do relatório, para que todos tenham acesso e possam apresentar os seus destaques ou outras sugestões, e, amanhã, às 14h, nós iniciaremos novamente a leitura, e vamos concluir a votação do relatório a partir das 14h.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - O.k. Muito bom.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Então, nós vamos passar o VT e, depois, nós vamos concluir a nossa reunião.

(Segue-se exibição de imagens.)

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Essas e outras imagens são um retrato do que a CPI encontrou no sistema carcerário brasileiro, depois de 10 meses de trabalho, 18 Estados visitados, mais de 60 unidades vistoriadas. Essas imagens são algumas das imagens que nós permitimos que fossem colocadas no VT, porque nós temos imagens muito mais fortes, e nós não queríamos impactar



apenas com as imagens muito ruins que foram colhidas nesse período pela CPI do Sistema Carcerário.

Hoje nós podemos afirmar, com toda a convicção, que nós estamos diante de um sistema que caminha em direção ao caos, à falência total. Mas há que se destacar também algumas boas ações que estão sendo desenvolvidas em algumas regiões do Brasil, algumas unidades penais que também servem de exemplo para o sistema carcerário brasileiro.

Quero nominar aqui a unidade penal de Ipaba, Minas Gerais. São 350 celas, 350 presos, 90% trabalham, 90% estudam. Há 6 anos não há uma fuga, não há uma ocorrência, não há rebelião, não há morte dentro dessa unidade prisional. A Penitenciária Industrial do Paraná também é um bom exemplo de modelo de presídio. Cito ainda as APACs (Associações de Proteção e Assistência aos Condenados) de Minas Gerais; alguns presídios de São Paulo; o Presídio Feminino de Mato Grosso, umas das melhores unidades femininas encontradas pela CPI; a Penitenciária Máxima II do Espírito Santo, que é a mais moderna do Brasil; a feminina de São Paulo; a feminina também do Rio foi um bom presídio visitado.

Nós temos as experiências ruins, mas nós temos também sinais claros de que é possível mudar o foco do investimento no setor carcerário no Brasil. E nós estamos convencidos de que, se a sociedade não entender que investir no sistema carcerário não é dar regalia para preso, que investir no sistema carcerário é garantir a segurança da própria população, porque hoje a maior parte dos crimes são comandados de dentro das cadeias no Brasil, e se a sociedade também não mudar a sua visão a respeito do sistema prisional, dificilmente os governantes vão se sentir à vontade para continuar investindo no setor carcerário.

Há que se destacar também aqui os investimentos que estão sendo feitos por alguns Estados do Brasil. O Estado de São Paulo é um dos Estados que hoje mais investem no sistema carcerário. O Espírito Santo, proporcionalmente, é o que mais investe no sistema carcerário; está construindo 8 novos presídios — 80 milhões em investimentos. E alguns outros Estados investem com recursos próprios e com recursos da União.

Mas eu tenho certeza de que, a partir deste trabalho realizado por esse grupo de Parlamentares... E aqui nós não temos Oposição nem Governo, porque a CPI



não foi criada para defender nem Governo nem preso. A CPI foi criada para defender um sistema que funcione, que dê resultado, que cumpra com as suas funções e que atenda aos seus objetivos.

E é por isso que nós estamos chegando ao final dos trabalhos desta Comissão mostrando um retrato do abandono, da realidade do sistema prisional brasileiro, um sistema que tem 440 mil presos e um déficit de 220 mil vagas; um sistema que tem mais de 70 mil fugas por ano e quase mil mortes — essa é a média, por ano, dos presídios brasileiros.

Num País que não aplica a pena de morte, nós temos a morte sem pena, Deputado Pompeo de Mattos. Se nós pegarmos os índices dos países que aplicam a pena de morte na América, na Europa e em alguns países da Ásia, excluída a China, nós vamos perceber que morrem muito mais pessoas dentro do sistema prisional por ano do que as pessoas que são levadas a julgamento e têm a pena máxima, a pena de morte, em todos esses países.

Então, nós estamos chegando ao final do árduo trabalho realizado pela Comissão, uma CPI que nasceu a partir de requerimento apresentado pelo Deputado Domingos Dutra. Nós queremos aqui elogiar a conduta do Relator, o seu esforço, a sua dedicação e a sua sensibilidade para com o problema carcerário no Brasil.

Eu quero agora, neste momento, passar a palavra ao Deputado Luiz Couto, pela ordem. E, logo em seguida, eu quero conceder a palavra ao Relator, que tem primazia na palavra.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Sr. Presidente, como nós estamos sendo chamados para a Ordem do Dia, nós queremos saber se os Parlamentares, titulares e suplentes, terão cópia do relatório ainda nesta tarde, para que nós possamos, hoje à noite e amanhã de manhã, nos debruçar sobre o relatório, para que possamos fazer possíveis mudanças, propor diversas mudanças que possam ocorrer, ou mesmo supressão de alguns itens que possam, da parte dos Parlamentares, também serem retirados.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Nós fomos informados de que já se iniciou a Ordem do Dia. Portanto, não terá validade qualquer votação feita esta tarde. Mas o Relator vai fazer o relatório, uma síntese, apresentar uma síntese



do seu relatório, e nós vamos continuar a votação amanhã; a leitura e o processo de votação.

E, logo em seguida, logo após a palavra do Relator, vai ser providenciada a cópia do relatório, que será enviada ao gabinete dos Parlamentares, para que possam fazer as observações necessárias, as sugestões que porventura alguns queiram fazer. E, amanhã, faremos a leitura e a votação do nosso relatório.

Com a palavra o Relator, Deputado Domingos Dutra.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Sr. Presidente, Deputado Neucimar Fraga, Srs. Deputados, assessores, imprensa, o relatório tem 519 páginas e está dividido em 11 capítulos. Nós entregamos neste momento 3 produtos à sociedade brasileira: primeiro, uma descrição, uma radiografia, embora sucinta, do inferno carcerário. Porque não podemos dizer que no Brasil haja sistema carcerário. A gente pode qualificar de inferno, pode qualificar de caos, menos de sistema carcerário. Nós temos um arquivo fotográfico. Além de o relatório estar municiado de fotografias, as mais dramáticas, o relatório vai conter um anexo com um conjunto de fotos, para que a população brasileira possa entender como vivem os seus presos. E tem um VT de 45 minutos. Nós produzimos 3 VTs: um de 10 minutos; um de 25 minutos, que foi este; e tem um de 45 minutos, mais completo, com o qual, Sr. Presidente, nós poderemos fazer um debate com a sociedade, com os sindicatos, com associações de moradores, com o setor produtivo, com o Poder Judiciário, com o Ministério Público. Enfim, com esse VT a gente terá um relatório volante, para que a sociedade brasileira entenda que preso não é resto de gente, preso não é lixo humano. Preso perdeu apenas a sua condição de estar livre, mas não perdeu a sua condição de cidadão brasileiro.

E cuidar de preso é, sobretudo, cuidar de quem está solto, porque o Estado brasileiro pari, joga nas ruas, todo dia, verdadeiras feras humanas, porque não há política de ressocialização. Oitenta e um por cento dos presos no Brasil não fazem absolutamente nada, e os 19% que trabalham, trabalham fazendo bolas, artesanato ou trabalhando para o Estado de graça, mediante apenas a remissão.

Portanto, na medida em que o Estado faz a primeira parte e pune, mas falha na segunda, todos nós pagamos um preço alto em vidas, em tributos que são gastos, em patrimônio e em inibição de investimentos. Com esse VT, eu acho que a



gente inaugura na Câmara Federal um método diferente, valorizando a ação parlamentar e fazendo com que tratar do sistema penitenciário seja, sobretudo, tratar da segurança pública.

No relatório, a parte mais importante são as propostas. Nós estamos propondo 2 eixos: o primeiro eu chamo de fechar a porta de entrada do sistema penitenciário. E como é que a gente fecha a porta do sistema? Com penas alternativas. O Poder Judiciário tem que mudar a mentalidade. O juiz tem que deixar de ser um super-homem ou um semideus e passar a ser um servidor. Em vez de mandar condenar e botar na cadeia, tem que usar as penas alternativas. O Judiciário pode aplicar a justiça reparativa, onde vítimas e agressor podem dialogar, podem fazer mediações e, em vez de ir para a cadeia... Como nós vimos aqui em Luziânia uma senhora que roubou um rádio de 75 reais e está presa, dando um custo de 1.500 reais para a sociedade por essa mentalidade um pouco atrasada.

Nós estamos propondo também políticas públicas. Com os Governos Municipais, os Governos Estaduais e o Governo Federal adotando uma série de políticas públicas, melhorando a pobreza, diminuindo a exclusão, a gente vai também diminuir a criminalidade.

Tem outro item, que é a respeito dos indiciamentos. Esta CPI fez um debate. A gente tinha uma opção de indiciar os gestores das unidades por onde nós passamos; indiciar o juiz de execução penal; indiciar os defensores públicos, que, na maioria das vezes, não cumprem o seu papel; indiciar o promotor público; indiciar o secretário. Mas esta CPI compreendeu o seguinte: nós fizemos um trabalho por amostragem. De 1.200 estabelecimentos penais, visitamos 62. Portanto, não era justo indiciar 62 e deixar 1.100 fora, às vezes, numa situação pior. A CPI entendeu que esse problema é histórico. Portanto, ultrapassa o período de um Governo. Por isso, não era justo indiciar gestor deste Governo deixando de fora os do Governo passado.

Nós achamos que indiciar as figuras é tirar do Estado a sua responsabilidade, porque, muitas vezes, o juiz não cumpre o seu papel de fazer as inspeções porque está cuidando de 12 mil processos sozinho, tem 3 funcionários abarrotados de processos. Se o promotor não faz a visita é porque também não tem condições de dar conta do recado. Portanto, indiciar aquela figura era expor as pessoas



fisicamente. A gente ia aparecer na mídia, ia execrar certas figuras, mas o Estado, enquanto gestor das políticas, ficaria fora. Por isso, nós resolvemos e em vez de responsabilizar as figuras, nós estamos responsabilizando o Estado brasileiro. É uma questão temporal. Vão passar os Governos atuais.

E aí eu abro um parêntese. Eu, aqui no meu trabalho, não medi cara de Governador nem partido — é do PT, é do PSDB, é do PMDB —, porque, enquanto nós, como legisladores, não tivermos essa visão geral, enquanto quisermos dar o jeitinho, proteger quem é meu amigo e arrebentar com quem é inimigo, este País não vai para a frente. Eu sei que tem muita gente zangada, é do PT, mas está errado. Vai ser indiciado do mesmo jeito como se fosse do PSDB, como se fosse do PMDB, etc.

Os indiciamentos, nós resolvemos reduzir e escolhemos só os casos mais emblemáticos que a CPI, diante do que os senhores viram aqui, se esta CPI não indiciasse estaríamos falhando. Resolvemos usar como critério os casos mais graves que a CPI não poderia se omitir.

Resolvemos indiciar 10 pessoas no Estado do Pará, em virtude do episódio envolvendo a garota em Abaetetuba. Indiciamos a juíza Clarice Maria de Andrade, porque ela violou vários artigos: o art. 297, do Código Penal, falsificação; o art. 299, do Código Penal, também referente a inserir declaração falsa em documento que sabia que era público; o art. 319, do Código Penal, por retardar providência que era de ofício; o art. 133, do Código Penal, que diz respeito a colocar em risco a vida das pessoas diante do sistema carcerário; indiciamos, pelo art. 320, do Código Penal, por condescendência criminosa; e indiciamos, ainda, pelos arts. 232, 234, do Estatuto da Criança e Adolescente. Além do mais, a juíza incorreu na Convenção Interamericana, a Convenção de Belém, ironicamente a Convenção de Belém, que trata sobre os direitos da mulher. Indiciamos a promotora pública Luziana Barata Dantas, porque essa menor tinha sido presa 2 vezes, a promotora oficiou 2 vezes no processo, só havia uma cadeia pública naquele município. Todos eles sabiam que tinha só uma cadeia, tinha uma mulher presa e, mesmo assim, ninguém tomou nenhuma providência. Indiciamos pelos arts. 132, 136, do Código Penal. Indiciamos também a Defensora Pública, pelos mesmos artigos. Indiciamos a delegada que lavrou o flagrante, porque ela terminou de lavrar o flagrante e colocou a menor junto



com os homens. Indiciamos todos os delegados daquela Delegacia, porque a cela, a cadeia pública era colada na Delegacia. Não tinha motivo para que os delegados não tomassem as medidas do seu cargo. Indiciamos 2 servidores do Fórum de Abaetetuba porque foram co-autores, junto com a juíza.

No Estado do Piauí, indiciamos o diretor da penitenciária e 3 agentes que tentaram enganar a CPI, tirando os presos durante o dia para que a CPI não ouvisse sobre as torturas e devolvendo os presos durante a noite. Nós fizemos uma diligência à noite e constatamos que os presos tinham sido devolvidos.

Em São Paulo, indiciamos o advogado Jerônimo Ruiz Andrade Amaral e Sérgio Wesley da Cunha por participação no crime organizado.

Em Mato Grosso do Sul, onde os porcos dormiam com os presos, indiciamos o diretor, o secretário, o juiz de execução penal, o promotor de execução penal e o defensor público.

No Estado do Rio Grande do Sul, nós indiciamos o superintendente do sistema penitenciário, indiciamos o diretor do presídio, o juiz da execução penal, o promotor da execução penal, e vamos citar, porque não pudemos ouvir, todos aqueles que foram juízes, promotores, defensores públicos, superintendentes do sistema nos últimos 8 anos. Porque nós compreendemos que a situação do Presídio Central é impossível. E ali é responsabilidade sucessiva de vários governos. Aí tem o Governo atual, tem o Governo passado, o Governo atrás do passado. Portanto, vamos indiciar todos aqueles que omissivamente contribuíram com essa situação.

Na Bahia,...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Vamos citar o nome deles.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Vamos citar o nome deles.

E, na Bahia, indiciamos o diretor da Penitenciária Lemos de Brito, que já foi demitido e um preso que foi preso. Lamentavelmente, no Brasil, prendemos um preso, na Bahia, porque o preso comandava uma série de ações.

Por último, ou por penúltimo, nós estamos apresentando um conjunto de projeto de leis. Primeiro, estamos estabelecendo...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Relator,...

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Estou terminando.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - ... só para explicar aí. Falar que prendeu o preso porque, antes, o preso tinha toda a liberdade no Lemos de Brito e, agora, está preso em Catanduva, de verdade. Então,... *(Risos.)*

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - É. Estamos apresentando um conjunto de projetos de lei. Primeiro, o Estatuto Penitenciário para unificar as condutas dos gestores penitenciários no Brasil inteiro. Por onde fomos, cada dirigente penitenciário age de acordo com a sua vontade. Estamos apresentando o IDH do sistema carcerário, com uma série de indicadores, pedindo que o IBGE, baseado nesses indicadores, constitua um IDH para se medir a qualidade do sistema carcerário, que vai servir para sabermos quais os Estados que estão tratando adequadamente, para servir de parâmetro de políticas públicas e, da mesma forma, de parâmetro de liberação de recursos.

Estamos estabelecendo, como o dia de hoje, 23 de junho, véspera de São João, o Dia Nacional do Encarcerado, para que a Nação se lembre de que há presos no Brasil e que ela é responsável por isso.

Nós estamos estabelecendo fontes de financiamento para o FUNPEN, porque os recursos são poucos. Estamos proibindo o Governo Federal de contingenciar recursos do Fundo Penitenciário.

Há uma série de projetos. Para não cansar V.Exas., vou mandá-los para todos.

Estamos fazendo uma série de recomendações, Sr. Presidente.

Estamos estabelecendo também uma cooperativa para que o Poder Público, estadual e federal, estimule os presos, egressos e familiares a se associarem para produzir. Tiramos os presos do comando do PCC e de outras organizações criminosas.

Por fim, Sr. Presidente, estamos fazendo uma série de recomendações, como, por exemplo, que seja feito um censo penitenciário, com urgência. Estamos fazendo uma série de recomendações ao Ministério do Trabalho, para gerar política de emprego, ao Ministério da Cultura, para levar os Pontos de Cultura, Pontos de Leitura para o interior dos presídios.

Estamos recomendando ao Presidente da Câmara que constitua uma Comissão de alto nível, pelas Comissões de Segurança Pública, Direitos Humanos e



Justiça, um grupo de trabalho para apresentar uma reforma do Código Penal, do Código de Processo Penal, da LEP, para evitar essa montanha de projetos retaliados aqui.

Estamos recomendando aos Tribunais de Contas que façam auditorias imediatas dos contratos de alimentação, em função da suspeita levantada, nos Estados.

Estamos recomendando que o Ministério Público, em todos os Estados, investigue a interferência das organizações criminosas no interior dos estabelecimentos penais.

Estamos recomendando ao Ministério Público que investigue, também, em todos os Estados, se há policiais civis, militares e federais em empresas privadas se aproveitando do clima de insegurança da sociedade.

Estamos recomendando ao Ministério da Assistência Social que tenha um programa dirigido aos egressos. Por onde andamos, encontrei uma família pobre incluída no Bolsa-Família, que foi num morro em Rio Piracicaba. Então, é importante que o Governo tenha um programa dirigido.

Portanto, há uma série de recomendações, eu não gostaria de cansar V.Exas. Vou mandar para todos os gabinetes impresso em CD. Espero que todos contribuam com alterações.

Quero encerrar, Sr. Presidente, agradecendo a todos. Acho que construí um bom acordo. Fizemos o possível. Essa questão é brasileira e não de presos. É uma questão que envolve todos os 185 milhões de brasileiros.

Estamos também recomendando à Comissão de Segurança Pública e à Comissão de Direitos Humanos que constituam subcomissões permanentes para que acompanhem o resultado deste relatório e acompanhem as questões carcerárias.

Estamos colocando que os Governadores respeitem a Lei Federal nº 10.001, remetendo para a Câmara todas as providências.

Espero que possamos, com essa contribuição, ajudar não só quem está preso, mas sobretudo aqueles que estão soltos.

Encerro, Sr. Presidente, dizendo uma frase que recolhemos na Bahia, que está no texto e eu adaptei para a CPI.



Essa frase diz o seguinte: “*É preciso cuidar dos encarcerados, porque hoje ele está contido, mas amanhã ele está contigo*”.

Portanto, vamos cuidar dos encarcerados para cuidar de nós mesmos.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Eu quero parabenizar o Relator. Quero dizer também que será apresentado, junto com o relatório, o Estatuto Penitenciário. É um estatuto com mais de 100 artigos, que vai determinar normas e procedimentos dentro dos presídios brasileiros, inclusive com a previsão de penas que serão atribuídas àqueles que desrespeitarem essas normas. E a penalização também para os Estados e governantes que não cumprirem e poderão ser penalizados na forma das improbidades administrativas.

Queremos, também, Sr. Relator, agradecer aos Srs. Parlamentares pelo entendimento construído. Tenho certeza de que amanhã, na conclusão do nosso relatório, vamos entregar uma peça muito importante ao Brasil e às instituições brasileiras.

Deputado Pompeo de Mattos.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Sr. Presidente, só peço uma informação ao Relator.

(*O Sr. Presidente faz soar as campainhas.*)

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Deputado Pompeo de Mattos, permite-me só um aparte?

Sr. Presidente, quero agradecer a todos os assessores dos gabinetes, à consultoria ligada a nós a partir do Dr. Sílvio, do Camilo, ao Paulo, ao Sr. Luís, que fez essas fotos, ao Renato. Tivemos problemas no desenrolar do processo. Mas esses desencontros, todos eles, tanto da minha parte, como da parte dele, foram para produzir um bom trabalho.

Portanto, quero agradecer aos assessores dos Deputados, assessores da Comissão, aos consultores e, de forma especial, à Fátima de Souza e a seu companheiro, Ducimar, que andaram por esse Brasil produzindo esse VT e viraram comigo estes 5 dias. Nós dormimos 3 horas por noite para conseguir produzir esse relatório. Terminamos hoje às 5h.



Quero agradecer também ao Luís, que fez as fotos, muito importantes. E ao nosso poeta, o Paulão, que chorou muitas vezes. Então, quero agradecer a todos que contribuíram com nosso trabalho.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Está chorando de novo.

Deputado Pompeo de Mattos.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Sr. Presidente, é só uma questão procedimental, porque, na verdade, o Relator fez uma leitura dinâmica do relatório, o que, aliás, é normal, mesmo porque vamos recebê-lo completo.

Ocorre que, pelo que depreendo das manifestações do Relator, provavelmente colegas e eu temos o desejo de apresentar alguns destaques. Como funciona a apresentação de destaques? Qual é o prazo? Vai ser até a hora da discussão? Há um prazo?

Eu gostaria de ter essa informação para que nós pudéssemos agir sem ser pegos de surpresa e daqui a pouco perder a hora da apresentação dos destaques.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Fica entendido que os destaques poderão ser apresentados até antes do início da sessão, que será amanhã, às 14h, para leitura e votação final do relatório.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Então, até às 14h, apresentação de destaque na Comissão, ao Relator ou a quem?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Pode apresentar à Secretaria da Comissão.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - À Secretaria da Comissão até às 14h. É bom, Sr. Presidente, primeiro, para termos segurança, para termos um prazo específico e, segundo, para termos garantida a manifestação expressa de cada um daqueles que tiverem eventuais divergências ao relatório. Eu já quero adiantar que pretendo apresentar pelo menos 1 destaque para votação em separado.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Nós queremos agradecer a compreensão a todos, queremos agradecer a colaboração aos Parlamentares. E quero agradecer aos Parlamentares que contribuíram para que esse entendimento



construído pudesse acelerar o processo de leitura e de votação do nosso relatório. Tenho certeza de que amanhã poderemos concluir esse relatório, a votação final, que é fruto de entendimento construído por nós, Parlamentares.

Muito obrigado.

Deus abençoe todos vocês.

Declaro encerrada, neste momento, esta sessão. (*Pausa.*)

Só para informar que nas penitenciárias não foi encontrada nenhuma pizza. Portanto, a CPI não acabou em pizza aqui também.